

A. I. N° - 128984.0023/06-5
AUTUADO - BRITA FORTE COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.
AUTUANTE - RUI ALVES DE AMORIM
ORIGEM - INFAZ BRUMADO
INTERNET - 11. 04. 2007

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0068-04/07

EMENTA: ICMS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS DE PRODUTOR RURAL OU EXTRATOR NÃO INSCRITO NESTE ESTADO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Não foi comprovado pelo autuado o recolhimento do imposto sobre as operações de compras realizadas junto a produtores rurais e extratores não inscritos no CAD-ICMS. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, foi lavrado em 28/11/2006, sob acusação de falta de recolhimento do ICMS no valor de R\$ 13.029,84, na condição de responsável solidário, nas aquisições de mercadorias de extratores não inscritos no CAD-ICMS, nos exercícios de 2004, 2005 e 2006.

O autuado ao impugnar o lançamento fiscal, fl. 34, argumenta que na realidade a firma está estabelecida à Fazenda Tapera Velha, S/N, no município de Brumado/BA, onde funciona a sua pedreira para extração de pedras e a localização dos equipamentos de extração de areia, portanto, não existe fornecedor dos produtos para que possa ser emitida notas fiscais de entradas.

Ressalta que o endereço registrado nessa repartição é simplesmente para o funcionamento de garagem e manutenção mecânica dos veículos, não havendo operações tributadas pelo ICMS, consequentemente, o material é extraído das dependências do próprio vendedor.

O autuante ao prestar sua informação fiscal à fl. 41 dos autos, esclarece que a empresa está estabelecida à Rua Tibúrcio Leite, 120, centro, Brumado/BA, onde exerce normalmente suas atividades comerciais. Aduz que a extração e o processo de transformação das pedras em brita é que está localizada na Fazenda Tapera Velha, sendo que o Sr. Lucílio Meira Junior não comprovou a titularidade do imóvel.

Salienta que a extração é fato gerador do ICMS e o extrator deve possuir inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS. Explica ainda que o material é extraído na propriedade rural que não está devidamente inscrita na Secretaria da Fazenda, portanto, os produtos deveriam ter sido comercializados mediante a emissão do documento fiscal com o recolhimento do imposto devido.

Ao final, requer a procedência do presente Auto de Infração.

VOTO

Trata-se de falta de recolhimento do imposto, na condição de responsável solidário, relativo a aquisições de mercadorias oriundas de produtores rurais ou extratores não inscritos.

Na defesa, o autuado alegou que a firma está estabelecida na Fazenda Tapera Velha, distrito de Itaquaraí, município de Brumado/Ba e o endereço registrado na SEFAZ é simplesmente para o funcionamento de garagem e manutenção dos veículos.

Entendo que o argumento defensivo não deve ser acolhido, uma vez que consta nos dados cadastrais da SEFAZ, pg. 06, que a empresa funciona na Rua Tibucio Leita, nº 120, centro de Brumado/Ba. A atividade extrativa é sujeita à incidência do ICMS e o estabelecimento extrator, situado na Fazenda Tapera Velha deveria possuir inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, conforme determina o art. 38 do RICMS/BA. O adquirente das mercadorias na condição de responsável solidário ao adquirir mercadorias de produtores ou extratores não inscritos emitirá nota fiscal de entrada e recolherá o imposto até o dia 9 do mês subsequente.

Reza o art. 39, VIII do RICMS/97 que o adquirente é solidariamente responsável pelo imposto e demais acréscimos legais devidos pelo contribuinte de direito, em relação às mercadorias saídas de estabelecimento de produtor ou extrator não inscrito no cadastro estadual.

Como o sujeito passivo não comprovou o pagamento do imposto, devido por solidariedade, entendo que a infração está comprovada.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **128984.0023/06-5**, lavrado contra **BRITA FORTE COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 13.029,84**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de março de 2007.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – PRESIDENTE

MARCO AURÉLIO ANDRADE SOUZA – RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA